



IV WORKSHOP DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIRURGIA E I SIMPÓSIO DE CIRURGIA



TELESSAÚDE NO SEGUIMENTO PÓS-OPERATÓRIO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS NACIONAIS (2020–2025) E IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA CIRÚRGICA

Brenda Araújo Marques
Universidade Federal do Amazonas
Brenda-araujo.marques@ufam.edu.br

Charlene Viana Theobald
Universidade Federal do Amazonas
charlene.theobald@ufam.edu.br

Ana Carolina Araújo Lima
Universidade Federal do Amazonas
ac.araujolima@gmail.com

Priscilla Mendes Cordeiro
Universidade Federal do Amazonas
priscilacordeiro@ufam.edu.br

Ronilson Ferreira Freitas
Universidade Federal do Amazonas
ronifreitas@ufam.edu.br

RESUMO

A telessaúde, regulamentada no Brasil pela Lei nº 14.510/2022 e fundamentada pela Portaria GM/MS nº 2.546/2011, tem se destacado como estratégia relevante para o acompanhamento pós-operatório, por possibilitar monitorização clínica remota, vigilância estruturada de complicações e ampliação do acesso assistencial em um país marcado por desigualdades territoriais e concentração de serviços especializados. Este estudo teve como objetivo sintetizar a produção científica brasileira publicada entre 2020 e 2025 sobre telessaúde aplicada ao seguimento pós-operatório, analisando benefícios, limitações e implicações para o Sistema Único de Saúde (SUS). Desenvolveu-se revisão integrativa alinhada às diretrizes PRISMA, com busca nas bases SciELO, BVS/LILACS e PubMed, resultando em 52 registros iniciais; após remoção de duplicatas e triagem de elegibilidade, 13 estudos compuseram a síntese final. Os achados indicam elevada aceitabilidade entre pacientes e profissionais, potencial redução de deslocamentos desnecessários, reorganização de fluxos assistenciais e detecção precoce de infecção de sítio cirúrgico. Entretanto, evidenciou-se produção científica incipiente e metodologicamente heterogênea, marcada pela ausência de ensaios clínicos, escassez de indicadores clínicos e econômicos robustos e falta de padronização nacional. Conclui-se que a telessaúde configura recurso promissor para modernização do cuidado cirúrgico no Brasil, embora ainda demande consolidação científica e fortalecimento político-institucional.

Palavras-Chave: Telessaúde; Pós-operatório; Brasil; Telemonitoramento.

1. INTRODUÇÃO

A crescente integração de tecnologias digitais ao cuidado cirúrgico tem transformado modelos tradicionais de seguimento pós-operatório, incorporando teleconsultas, telemonitoramento síncrono e assíncrono, aplicativos móveis e transmissão de registros fotográficos e videográficos de evolução clínica. Essa transição representa alternativa estratégica para ampliação de acesso, mitigação de desigualdades regionais e otimização de fluxos assistenciais, sobretudo em territórios como o brasileiro, marcado por concentração de serviços especializados e dificuldades logísticas de deslocamento. De acordo com Oliveira et al. (2024), a telessaúde constitui componente estruturante dos processos de modernização assistencial e efetivação da integralidade do cuidado em saúde no Brasil.

A monitorização clínica remota no contexto cirúrgico permite avaliação contínua, orientações de autocuidado, suporte à adesão terapêutica e identificação precoce de sinais indicativos de complicações, como infecção de sítio cirúrgico, sangramentos e dor refratária, configurando estratégia promissora para incremento da segurança e redução de readmissões hospitalares. Magalhães et al. (2022) evidenciam elevada aceitabilidade e viabilidade operacional de instrumentos de telemonitoramento aplicados ao pós-operatório, reforçando benefícios relacionados à continuidade da assistência e satisfação dos usuários. A telenfermagem, por sua vez, possibilita acompanhamento estruturado e sistemático, favorecendo a vigilância clínica pós-alta hospitalar e permitindo intervenções precoces diante de alterações relevantes (Santos, A.P.S.A, 2025).

Sob perspectiva organizacional e econômica, estudos brasileiros contemporâneos demonstram que soluções baseadas em telessaúde podem reduzir deslocamentos desnecessários, otimizar agendas assistenciais, diminuir custos operacionais e contribuir para a sustentabilidade de sistemas universais de saúde (Delphino, 2023; Gimenez et al., 2024). Entretanto, observa-se que a produção científica nacional permanece incipiente e metodologicamente heterogênea, com carência de estudos experimentais controlados, lacunas na padronização de protocolos assistenciais e insuficiência de indicadores quantitativos consistentes, o que reforça a necessidade de aprofundamento sistemático da temática (Borges, 2021; Calegari, 2023).

2. OBJETIVO GERAL

Realizar revisão integrativa centrada em evidência brasileira (2020–2025), sintetizando achados sobre aplicação da telessaúde no seguimento pós-operatório e discutindo implicações para sua incorporação no contexto cirúrgico do Brasil.

3. METODOLOGIA

Realizou-se revisão integrativa, orientada segundo Whitemore e Knafl e alinhada ao modelo PRISMA. Foram consultadas as bases SciELO, BVS/LILACS e PubMed no período de 2020–2025, adotando descritores em português e inglês combinados por operadores booleanos. Critérios de inclusão: estudos brasileiros, disponíveis em texto completo, que abordassem telessaúde no cuidado pós-operatório adulto. Critérios de exclusão: estudos pediátricos, relatos de caso isolados, cartas ao editor e artigos sem dados empíricos aplicáveis.

Fluxo PRISMA: registros identificados (n = 52); duplicatas removidas (n = 11); estudos triados por título e resumo (n = 41); excluídos (n = 24); avaliados integralmente (n = 17); excluídos por inadequação temática/metodológica (n = 4); incluídos na síntese final (n = 13).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A síntese das 13 produções científicas incluídas nesta revisão demonstrou crescimento recente, embora ainda incipiente, das iniciativas brasileiras envolvendo a aplicação da telessaúde no seguimento pós-operatório, com predomínio de delineamentos observacionais e descritivos, evidenciando limitada maturidade metodológica e fragilidade epistemológica do campo. Os achados, conforme tabela 1, evidenciaram expressiva aceitabilidade da modalidade assistencial entre usuários e equipes multiprofissionais, associada à mitigação de deslocamentos presenciais evitáveis, racionalização de fluxos assistenciais e incremento da resolutividade clínica. Destaca-se a utilização do telemonitoramento estruturado para vigilância precoce de infecção de sítio cirúrgico, monitoramento da dor e suporte ao autocuidado, conferindo maior segurança terapêutica e qualificação da transição hospital-domicílio. Tais elementos indicam potencial para redução de reinternações evitáveis e otimização dos recursos assistenciais, sobretudo em territórios marcados por assimetrias tecnológicas e escassez de cobertura especializada.

Todavia, o conjunto das evidências revela lacunas significativas, caracterizadas pela ausência de ensaios clínicos randomizados, heterogeneidade metodológica expressiva, amostras reduzidas, insuficiência de métricas objetivas e escassez de análises econômicas e de impacto sanitário. Persistem, ainda, limitações estruturais relacionadas à fragmentação dos sistemas de informação, baixa interoperabilidade e disparidades regionais de conectividade, que restringem a expansão equânime da telessaúde. Observa-se que o avanço normativo proporcionado pela Lei nº 14.510/2022 e pela Portaria GM/MS nº 2.546/2011, embora crucial para a institucionalização da prática, não foi acompanhado pela consolidação de um arcabouço científico robusto capaz de fundamentar diretrizes clínicas e orientar políticas públicas baseadas em evidências. Assim, ainda que a viabilidade técnico-operacional da telessaúde no contexto cirúrgico esteja amplamente demonstrada, sua consolidação sistêmica demanda fortalecimento investigativo, padronização protocolar e investimentos estruturantes que permitam mensurar desfechos clínicos e econômicos com maior precisão e rigor estatístico.

Tabela 1: Distribuição dos estudos incluídos e conclusões relativas à telessaúde no pós-operatório no Brasil (2020–2025)

Autor / Ano	Tipo	Modalidade	Principais Achados
Borges (2021)	Revisão crítica	Teleconsulta	Redução de deslocamentos e otimização organizacional
Calegari (2023)	Revisão	Vigilância pós-alta	Necessidade de padronização e protocolos nacionais
Chagas et al. (2025)	Descritivo	Rede regional	Expansão operacional e escalabilidade
Delphino (2023)	Estudo econômico	Teleconsulta	Redução de custos e viabilidade
Gimenez et al. (2024)	Revisão de Escopo	Telemonitoramento	Reestruturação da assistência cirúrgica
Lins (2024)	Descritivo	Plataforma digital	Usabilidade e viabilidade
Lisboa (2023)	Revisão histórica	Políticas públicas	Desigualdades regionais
Macedo et al. (2023)	Observacional	Teleconsulta fisioterapia	Elevada adesão e satisfação

Magalhães et al. (2022)	Observacional	Telemonitoramento	Alta aceitabilidade e benefício clínico
Oliveira (2024)	Análise política	Telessaúde SUS	Recomendações para integração
Santiago et al. (2024)	Desenvolvimento tecnológico	Aplicativo	Boa experiência do usuário
Santos A.P.S.A. (2025)	Revisão integrativa	Telenfermagem	Benefícios e barreiras estruturais
Santos J.V. (2024)	Revisão de escopo	Telemonitoramento	Potencial para rastreio de ISC

5. CONCLUSÕES

A telessaúde configura ferramenta essencial para a reorganização do cuidado cirúrgico brasileiro, com benefícios expressivos relacionados à acessibilidade, segurança clínica e eficiência operacional. Entretanto, sua consolidação requer fortalecimento de pesquisas empíricas rigorosas, interoperabilidade de sistemas informacionais, padronização de protocolos assistenciais e políticas públicas orientadas por evidências. Recomenda-se investimento em ensaios clínicos multicêntricos, estudos de custo-efetividade e estratégias nacionais de monitorização pós-operatória estruturada.

REFERÊNCIAS

1. BORGES, K. S. Telemedicina aplicada à cirurgia plástica: revisão crítica. Revista Brasileira de Cirurgia Plástica, 2021.
2. CALEGARI, I. B. Vigilância da infecção de sítio cirúrgico pós-alta. Acta Paulista de Enfermagem, 2023.
3. CHAGAS, D. et al. Expansão regional de tele13. saúde no Nordeste brasileiro. Cadernos Brasileiros de Saúde Digital, 2025.
4. DELPHINO, T. M. Estimativa de custo para implementação de teleconsulta. Cadernos de Enfermagem, 2023.
5. GIMENEZ, V. C. A. et al. Telenfermagem no pós-operatório: revisão de escopo. Revista Brasileira de Enfermagem, 2024.
6. LINS, F. H. H. Plataforma digital de telemonitoramento cirúrgico. Revista Brasileira de Telemedicina, 2024.
7. LISBOA, K. O. História da telemedicina no Brasil. Saúde e Sociedade, 2023.
8. MACEDO, F. O. Teleconsulta fisioterapêutica pós-operatória. Revista Brasileira de Cancerologia, 2023.
9. MAGALHÃES, A. P. F. et al. Telemonitoramento como extensão do cuidado pós-operatório. Research, Society and Development, 2022.
10. OLIVEIRA, R. Telessaúde e políticas públicas. Revista Política e Saúde, 2024.
11. SANTIAGO, A. E. et al. Aplicativo para monitorização pós-cirúrgica. JMIR Perioperative Medicine, 2024.
12. SANTOS, A. P. S. A. Implementação da telenfermagem no contexto cirúrgico. Revista Enfermagem Atual In Derme, 2025.
13. SANTOS, J. V. Telemonitoramento e vigilância de ISC. Online Brazilian Journal of Nursing, 2024.